IMPEDIR INFLEXIVELMENTE OS DESCOBRIMENTOS NO GOVERNO DE MORGADO DE MATEUS – ANÁLISE DO DISCURSO DE UM OFÍCIO AO CONDE DE OEIRAS

Renata Ferreira Munhoz (USP)
renatamunhoz2000@yahoo.com.br
Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP)
tolnets@gmail.com

Esta comunicação baseia-se na tese em andamento, provisoriamente intitulada "A avaliatividade no discurso de correspondências oficiais do governo do Morgado de Mateus". Trata-se da análise de um ofício enviado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, ao secretário do reino, o Conde de Oeiras (futuro Marquês de Pombal), apresentando sua posição de obediência às ordens para que não mais apoiasse o descobrimento de minas de ouro no perímetro de seu governo. Embora o ofício, de 17 de setembro de 1765 na vila de Santos, tenha exercido caráter administrativo oficial em seu período de produção, pode ser analisado como um testemunho do discurso vigente no período setecentista, responsável por garantir um fragmento da comunicação entre o Brasil colonial e sua metrópole portuguesa. Para tanto, será empregada a função substantiva da filologia como ponto de partida, ao se apresentar a transcrição semidiplomática dos fólios desse manuscrito catalogado pelo Projeto Resgate e ainda não publicado. Com base nas demais funções filológicas, a adjetiva e a transcendente, observa-se a subserviência inerente à ideologia monárquica do período. A análise do discurso veiculado no *corpus* será embasada na teoria do Sistema de avaliatividade, desenvolvida por Martin e White (2005), a fim de se conceberem as esferas gerais da atitude, do engajamento e da gradação e, desse modo, reconhecer elementos que permitam uma melhor compreensão da ideologia que nos fundamentou socialmente. Será analisado um testemunho que exemplifica a intersubjetividade responsável por legitimar o poder e a hegemonia no governo monárquico no período e, sobretudo, observando a medida em que a avaliatividade da linguagem permeou as correspondências administrativas oficiais setecentistas.